

REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE: AS MULHERES, A SUBJETIVIDADE SOCIAL E O TORNAR-SE SUJEITO

REFLECTIONS ON THE RELATIONSHIP BETWEEN: WOMEN, SOCIAL
SUBJECTIVITY AND BECOMING A SUBJECT

REFLEXIONES SOBRE LA RELACIÓN ENTRE: MUJERES, SUBJETIVIDAD SOCIAL Y
DEVENIR SUJETO

Laís Faber de Almeida Rosa

- Mestre em psicologia clínica e saúde pelo Centro Universitário de Brasília.
- E-mail: laisfaber@gmail.com

Valéria Deusdará Mori

- Doutora em Psicologia pela Universidad San Carlos de Guatemala. Atua no Centro Universitário de Brasília – CEUB.
- E-mail: valeria.mori@ceub.edu.br

RESUMO

O objetivo desse ensaio teórico é discutir a relação entre a subjetividade social e a representação das mulheres e seus posicionamentos na sociedade atual. As representações são disseminadas e perpetuadas por meio de diferentes obras artísticas, dentre elas, os filmes de princesas da Disney que acompanham gerações desde 1930. Fundamentado na Teoria da Subjetividade (González Rey & Mitjans Martínez, 2017), esse tema foi discutido articulando essa teoria, as discussões de Mannoni (1999) sobre as tentativas de silenciamento feminino e a relação amorosa de Arendt e Heidegger (Heberlein, 2021). O valor da Teoria da Subjetividade para essa discussão está em sua articulação entre individual e social e em seu conceito de tornar-se sujeito, como uma tentativa de abrir caminhos para as mulheres.

Palavras-chave: Subjetividade Social; Mulheres; Gênero; Representações; Sujeito.

ABSTRACT

The objective of this theoretical essay is to discuss the relationship between social subjectivity and the representation of women and their positions in today's society. Representations are disseminated and perpetuated through different artistic works, among them, Disney princess films that have accompanied generations since 1930. Based on the Theory of Subjectivity (González Rey & Mitjans Martínez, 2017), this theme was discussed by articulating this theory, Mannoni's (1999) discussions on attempts to silence women, and Arendt and Heidegger's love relationship (Heberlein, 2021). The value of the Theory of Subjectivity for this discussion lies in its articulation between the individual and the social and in its concept of becoming a subject, as an attempt to open paths for women.

Keywords: Social Subjectivity; Women; Gender; Representations; Subject.

RESUMEN

El objetivo de este ensayo teórico es discutir la relación entre la subjetividad social y la representación de las mujeres y sus posiciones en la sociedad actual. Las representaciones se difunden y perpetúan a través de diferentes obras artísticas, entre ellas, las películas de princesas de Disney que han acompañado a generaciones desde 1930. Con base en la Teoría de la Subjetividad (González Rey & Mitjans Martínez, 2017), se discutió este tema articulando esta teoría, la de Mannoni (1999) discusiones sobre los intentos de silenciamiento femenino y la relación romántica de Arendt y Heidegger (Heberlein, 2021). El valor de la Teoría de la Subjetividad para esta discusión radica en su articulación entre lo individual y lo social y en su concepto de devenir sujeto, como un intento de abrir caminos para las mujeres.

Palabras clave: Subjetividade Social; Mujeres; Genero; Representaciones; Sujeto.

INTRODUÇÃO

Por todos esses séculos, as mulheres serviram como espelhos possuidores da mágica e do poder delicioso de refletir a figura do homem com o dobro do seu tamanho natural (Woolf, 2020, p. 47).

Em sua vida, Virginia Woolf rompeu padrões estabelecidos, questionou a desigualdade nas relações entre homens e mulheres e escreveu sobre a vida e a sociedade. Em 1929, ela diz que “uma mulher deve ter dinheiro e um teto todo seu se ela quiser escrever ficção” (Woolf, 2020, p. 10) em um livro que discute a importância da independência financeira e social da mulher para produzir ficção. Contudo, entendemos que essa frase de Woolf (2020) pode ser ampliada para outras profissões, atividades e relações amorosas das mulheres.

A epígrafe deste artigo é a representação do que muitas mulheres vivem: homens se espelham nelas, se percebem maiores e mais importantes do que são e se apropriam disso para conquistar seu espaço na sociedade. Considerando que a desigualdade de oportunidades e desequilíbrio nas relações entre homens e mulheres em nossa sociedade é significativo, questionamos como as mulheres se percebem neste reflexo no qual os homens se apoiam e como se apropriam de suas possibilidades. A partir dessa frase de Woolf (2020), nos parece que as mulheres se colocam em plano secundário para ser o espelho dos homens e se esquecem de mirar seu próprio reflexo em tamanho real e com suas possibilidades.

Dedicar um ensaio teórico ao que é ser mulher, como essa vivência emerge em nossa sociedade e como podemos criar novos caminhos se mostra necessário e urgente, especialmente em um contexto cultural e histórico como o do Brasil. Nos relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023a, 2023b, 2024) referentes a 2022 e 2023, evidencia-se que o Brasil é um país que manifesta ideias progressistas, mas apresenta, também, aumento na violência contra a mulher, em suas diversas formas.

Além das estatísticas, percebe-se que falas machistas e sexistas se naturalizaram no cotidiano de tal forma que são pronunciadas, tanto no contexto real quanto no virtual, sem questionamentos e reflexões. Pelo contrário, muitas

falas e comportamentos se revestem de cuidado e proteção em direção à mulher, o que torna ainda mais difícil identificar a violência existente nesses comportamentos (Alves, Souza, Maia, Silva & Gomes, 2021), contribuindo para a naturalização de construções sociais do que é ser homem e o que é ser mulher, as quais tendem a seguir uma lógica biológica, estereotipada, limitante e preconceituosa.

A partir desses dados, entendemos que não podemos mudar a realidade brasileira como um todo de forma abrupta, mas podemos refletir e questionar como a configuração subjetiva da sociedade se organiza e como as mulheres podem abrir caminhos diante do vivido para, a partir disso, surgirem novas configurações subjetivas sociais. Como uma forma de contribuir para a abertura de novas vias para as mulheres, decidimos utilizar, neste artigo, apenas a linguagem feminina, contrapondo a predominância da masculina no cotidiano.

Segundo Santos, Cottone, Antloga, Hochdorn, Carvalho e Barbosa (2022), a linguagem masculina também é utilizada como linguagem neutra, o que exclui as outras formas de expressão em uma sociedade tão diversa. Os discursos dominantes se organizam a partir de diferentes aspectos da sociedade, dentre eles a linguagem. Por isso, discutir questões de gênero, o espaço e posicionamento das mulheres na sociedade também implica problematizar a linguagem utilizada nessas tentativas.

Neste sentido, Woolf (2020) problematiza que as mulheres são objetos de estudo e discussão dos homens há muito tempo e, na época de Virginia Woolf, pouquíssimas mulheres se dedicavam a ocupar este espaço. Atualmente, existe uma mobilização feminina direcionada a se apropriar dessas discussões, contribuindo para que as questões das mulheres sejam discutidas por vozes femininas que, de fato, vivenciam as lutas e caminhos do ser mulher atualmente. Diante disso e inspiradas pela discussão de Santos, Cottone, Antloga, Hochdorn, Carvalho e Barbosa (2022), optamos por, enquanto mulheres discutindo o ser mulher na sociedade, utilizar apenas a linguagem feminina.

O objetivo deste artigo é discutir a relação entre a subjetividade social e a representação do que é ser mulher, assim como considerar seus posicionamentos na sociedade atual. Para tanto, dialogamos com livros que discutem as biografias

e produções intelectuais de Virginia Woolf (Mannoni, 1999) e Hannah Arendt (Heberlein, 2021), assim como também consideramos algumas produções audiovisuais dominantes em nossa sociedade.

SOCIEDADE E O QUE É SER MULHER

A história da sociedade é marcada pelo conto de que os homens são melhores e mais potentes que as mulheres e, em decorrência disso, o sexo feminino deveria aceitar as condições que lhes são impostas, as decisões que são tomadas em seu lugar, cumprir o que lhe é destinado, comportar-se, ser uma moça educada e, ainda, agradecer por ter um homem para chamar de marido, assim como uma família e filhos para cuidar. Esse é o cenário que se desenrolou por séculos.

As meninas nascidas no século XXI têm acesso a contos diferentes. Em uma cultura como a do Brasil, as moças não precisam mais aceitar as condições impostas, deixar que outras pessoas tomem decisões por elas, cumprir o caminho que indicam, comportar-se e, ora, nem precisam se casar e ter filhas/os se não o desejarem. Isso na teoria, claro, pois os avanços das representações do que é ser mulher e homem parecem avançar na teoria, mas na prática ainda caminham a pequenos passos.

As concepções de gênero, ou seja, o que é considerado masculino e o que é considerado feminino, orientam as formas como as pessoas são criadas desde o seu nascimento e atravessam as produções subjetivas das pessoas. Isso, evidentemente, reverbera em como os relacionamentos são estabelecidos, assim como nos espaços destinados a cada indivíduo, inclusive os profissionais (Santos, Antloga, Carvalho, Andrade & Guimarães, 2021). Consideramos fundamental discutir essas questões de gênero, pois elas atravessam os processos de saúde, inclusive saúde mental.

Nas representações dominantes, mulheres e homens são categorias excludentes e, com isso, as atividades relacionadas a cada pessoa são diferentes. As mulheres são associadas a um suposto potencial no exercício do cuidado e da amorosidade, e os homens, por sua vez, à produtividade e eficácia (Zanello, 2018). Assim, as atividades das mulheres se relacionam ao cuidado, maternidade,

alimentação, educação, enquanto as dos homens estão relacionadas ao prover material e o uso do poder (Dantas & Antloga, 2023; Zanello, 2018).

A partir dessas representações dicotômicas, as atividades exercidas por mulheres e homens foram se organizando, assim como os espaços e posicionamentos que as pessoas poderiam exercer. Segundo Dantas e Antloga (2023, p. 138), “considerar o gênero nas discussões implica discutir os significados sociais e as relações de poder estabelecidas, construídas pela socialização e a influência sobre a subjetividade, a escolha da profissão, o desempenho e as próprias profissões”.

A partir disso, é possível afirmar que, além da atividade profissional das mulheres, elas também foram encarregadas das atividades domésticas e cuidados com a família, pois se supôs que elas possuem maior aptidão que os homens para exercer essas tarefas (Santos, Antloga, Carvalho, Andrade & Guimarães, 2021). Contudo, essa suposta aptidão faz parte do discurso dominante do que é ser homem e mulher em nossa sociedade e quais atividades foram destinadas a cada pessoa.

Essa diferenciação a partir de aptidões imaginadas possui alguns impactos nas mulheres e, neste artigo, discutiremos dois deles. O primeiro é que afirmar a maior eficácia das mulheres em atividades que envolvam cuidado contribui para a dificuldade de crescimento profissional daquelas cujas profissões são, para essas representações, voltadas aos homens, como os altos cargos em empresas (por exemplo: diretoria executiva - CEO). Além disso, as mulheres que conseguem chegar a esses cargos enfrentam discriminações e repressões simplesmente por serem mulheres.

Isso porque as representações de que a mulher deve exercer funções de cuidado e maternagem configuram a forma como as pessoas percebem e se relacionam com outras. Em outras palavras, a construção da identidade feminina baseada na ideia de cuidado molda as percepções sobre o que se espera de uma mulher e influencia o modo como as pessoas se relacionam com as mulheres em diferentes contextos.

O segundo impacto diz respeito à distribuição desigual das atividades

domésticas¹, para as quais as mulheres despendem mais horas que os homens. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2022, as mulheres ocupadas (aquelas que possuem emprego para além dos cuidados com a casa) dedicaram às tarefas domésticas 6,8 horas a mais do que os homens ocupados. Em números absolutos, elas dedicaram 21,3 horas por semana a essas atividades, enquanto eles dedicaram 11,7 horas (IBGE, 2022). Nesse sentido, quase um dia inteiro da semana de uma mulher foi despendido em cuidados com o lar, enquanto, para o homem, isso não representa nem metade de um dia.

A principal consequência desse impacto para as mulheres é menos tempo para outras atividades, como lazer, descanso, educação, saúde, aprimoramento profissional e dedicação ao trabalho. É inegável que isso reverbera, então, nas possibilidades de crescimento profissional, o que, por sua vez, atravessa o posicionamento da mulher na sociedade e sua oportunidade de ocupar espaços além desses destinados pelas representações dominantes das concepções de gênero.

Com o exposto até aqui, percebe-se, então, que as atividades exercidas por cada gênero advêm desta construção social e há expectativa de que isso seja perpetuado. Aos meninos, destinam-se as atividades relacionadas à intelectualidade e força; às meninas, as de cuidado e afazeres domésticos (Santos, Cottone, Antloga, Hochdorn, Carvalho & Barbosa, 2022). Não é nossa intenção aqui defender que todas as mulheres precisem, obrigatoriamente, exercer tal ou qual profissão. Pelo contrário, nosso propósito é que cada uma de nós tenha liberdade para realizar suas escolhas, trilhar seus caminhos a partir do que deseja e poder vivenciá-los em sua integralidade sem precisar silenciar-se perante outras pessoas.

Neste sentido, a problemática dessas representações é que elas interferem na liberdade feminina de ocupar seus espaços. Segundo Dantas e Antloga (2023, p. 142),

Essa dicotomia tem sido o fundamento da divisão sexual e social do trabalho, da dominação masculina, no qual a cultura, a política, a religião estabelecida e o discurso estavam destinadas aos homens, enquanto a natureza, o mundo doméstico,

¹ Neste artigo, atividades e tarefas domésticas englobam todas as demandas de um lar: arrumação do espaço, preparo dos alimentos, compras de alimentos e roupas para a casa e familiares, organização de roupas e calçados, cuidados com pessoas e animais domésticos, entre outros.

a religião praticada na vida cotidiana e o silêncio, às mulheres (tradução das autoras)².

A partir desse trecho, percebe-se que a divisão do trabalho a partir do sexo da pessoa não se limita ao exercício profissional e a encontrar as desigualdades vivenciadas diariamente pelas mulheres. Mas se relaciona, também, à forma como as atividades na sociedade são organizadas, perpetuadas e priorizadas nos diferentes espaços sociais (Dantas & Antloga, 2023). Com isso, entendemos que essas dicotomias atravessam as mulheres em diferentes relações e oportunidades de se posicionar nesses relacionamentos.

AS MULHERES REPRESENTADAS NA SOCIEDADE: O QUE APRENDEMOS E PERPETUAMOS?

As representações dominantes de gênero são configuradas e disseminadas, também, por meio das artes que expressam e, de forma recursiva, contribuem para a constituição de diversas características da nossa sociedade, inclusive o que é ser mulher e o que se deve esperar de cada sexo. É preciso recordar que as artes estão amplamente presentes em nosso cotidiano e se apresentam por diferentes meios: músicas, filmes, séries, literatura, pinturas, fotografias, entre outros. Estamos interagindo com distintas formas de expressão artística a todo momento.

Na interação com essas obras artísticas, há mobilização emocional das pessoas e produções subjetivas que constituem a sociedade e as relações (Souza, Dugnani & Reis, 2018). Isso porque as obras artísticas nos mobilizam e contribuem para a construção das concepções de gênero configuradas em nossa sociedade, o que torna imprescindível refletir sobre as artes presentes em nosso cotidiano e as maneiras como nós também perpetuamos algumas características atribuídas a cada gênero.

Nesse sentido, uma vez que as obras artísticas são mobilizadoras de processos subjetivos, entendemos que utilizá-las na psicologia é uma via para discutirmos diversas questões relacionadas aos seres humanos, dentre elas as representações

2 No original: “Esta dicotomía ha sido el fundamento de la división sexual y social del trabajo, de la dominación masculina, en la que la cultura, la política, la religión establecida y el discurso estaban destinados a los hombres, mientras que la naturaleza, el mundo doméstico, la religión practicada en la vida cotidiana y el silencio, a mujeres” (Dantas & Antloga, 2023, p. 142).

dominantes e o que é ser mulher em nossa sociedade. Souza, Dugnani e Reis (2018) defendem que as experiências estéticas³ podem ser utilizadas como ferramentas na prática profissional de psicólogas em diversas áreas – clínica, educação, social, saúde, entre outras – justamente pelo seu potencial de mobilizar processos subjetivos.

Evidentemente, não há intenção de que nos tornemos artistas nem críticas de arte, mas que exploremos como a arte mobiliza sentimentos e reflexões, assim como ela participa da construção do que a pessoa aprendeu e vivencia em seu cotidiano. Por exemplo, no caso do tema deste artigo, um caminho é explorar como, a partir de filmes, a mulher compreendeu como deveria se comportar e quais espaços lhe são destinados. A partir de suas experiências estéticas, é possível dialogar sobre as representações dominantes na sociedade e como essa mulher, enquanto ser humano, relaciona-se com essas representações e, ainda por meio da arte, refletir sobre como lidar com as situações vivenciadas por ser mulher e abrir novos caminhos nos momentos críticos de sua vida (Souza, 2019).

Considerando, então, que as artes contribuem para a constituição das representações dominantes, elas podem, também, ser caminho para uma nova configuração. Isso porque as artes participam da construção e desconstrução das representações de gênero. Para discutirmos esse tema a partir de expressões artísticas, pontuamos algumas obras de uma das maiores marcas de filmes do mundo, a Disney, que apresenta, desde a década de 1930, grande impacto na forma como se representa tanto o ser mulher quanto as relações sociais, dentre elas as amorosas. Para compreendermos essas representações, discutimos algumas características das princesas da Disney, que vivenciam mudanças nas últimas décadas, mas ainda são dominantes na configuração do que é ser mulher na sociedade, impactando as mulheres desde crianças.

A primeira geração dessas personagens, iniciada em 1937 com o lançamento de *A Branca de Neve e os Sete Anões* (Disney, 1937), reforça o estereótipo da época: elas eram moças que sonhavam com o príncipe encantado, precisavam da presença de um homem em suas vidas e, em alguns casos, abriam mão de algo valioso para si para poder viver esse amor. Este é o caso de Ariel, em *A Pequena Sereia* (Disney,

³ Experiências estéticas se relacionam à vivência das pessoas em sua interação com obras artísticas, tanto no processo de criação quanto na contemplação.

1989), que entrega sua voz e seu canto para a vilã Úrsula com o objetivo de viver na terra e ter a chance de conquistar o príncipe. Ora, o caso de Ariel é extremamente simbólico: uma mulher **abre mão de sua voz** para tentar viver o amor idealizado, sendo que a voz de uma pessoa é uma forma de comunicação, de posicionamento e de conquista de espaço nas relações e na sociedade.

Outros filmes de princesas, já na década de 1990, como Jasmine, em *Alladin* (Disney, 1992), *Pocahontas* (Disney, 1995) e *Mulan* (Disney, 1998), apresentam de forma discreta um questionamento das mulheres em relação ao que lhes é imposto, mas, geralmente, relacionado ao casamento que seus pais arranjaram e que elas não desejam concretizar. É um começo sutil de mostrar às meninas que elas podem, de alguma forma, questionar as decisões que são tomadas por elas e escolher seus próprios caminhos.

Após um hiato de dez anos sem princesas, nos anos 2000, a Disney lança novas personagens mais conectadas ao momento atual das mulheres e da sociedade como um todo. Neste artigo, destacamos Merida, de *Valente* (Disney, 2012) e *Moana* (Disney, 2016), uma vez que, além de não aceitarem seguir o que lhes é imposto em suas comunidades, elas também são as primeiras princesas a não terem um par romântico.

Isto é significativo: apenas no ano de 2012, as meninas têm acesso a uma referência que destaca o posicionamento e não envolve viver um amor, casar-se e ter filhos para se realizar pessoal e profissionalmente. Até então, diversas mulheres e gerações foram criadas a partir da ideia construída e naturalizada de que o sonho de toda mulher é o de casar-se e ter uma família para cuidar (Zanello, 2018).

Além de naturalizar esse “desejo” feminino, muitas mulheres aprenderam também, de forma velada ou explícita, que o silêncio delas é desejável ou, em algumas épocas e sociedades, necessário. Zanello (2018) discute que, na construção do que é ser homem e ser mulher em nossa cultura, o comportamento do silenciar-se foi designado ao sexo feminino, que não recebe o espaço de questionar, expor ideias e opiniões, sendo um dos principais objetivos o de manter as relações, inclusive as amorosas.

No entanto, conforme defende a autora, o silêncio é uma construção social que ocorre há séculos e há possibilidades de rompimento com essa lógica (Zanello, 2018). Entendemos que vivemos, de forma cada vez mais explícita, uma nova configuração

das relações, uma vez que o último século é marcado pela incessante tentativa de posicionamento de mulheres em uma sociedade patriarcal. Grandes nomes femininos (citamos apenas alguns: Simone de Beauvoir, Hannah Arendt, Virginia Woolf, Clarice Lispector, Claudia Goldin, Bell Hooks, Nise da Silveira, Narges Mohammadi, Malala Yousafzai) buscaram e ainda buscam romper com a discriminação da mulher e trazer novas configurações à subjetividade social⁴ como é organizada atualmente. Dentro dessas iniciativas, busca-se extinguir esse silêncio imposto às mulheres seguindo a lógica de que “elas não sabem o que dizem”, pois são mulheres (Mannoni, 1999), para construir e conquistar espaços de fala e disseminação de seus pensamentos, opiniões e vivências.

A discussão de Maud Mannoni (1999) sobre o silenciamento das mulheres é realizada a partir de um diálogo com as obras de Virginia Woolf (1882 – 1941), que retratam sua própria vida enquanto questiona e discute as relações sociais. O título da obra de Mannoni (1999), *Elas não sabem o que dizem*, surge a partir de uma frase de Jacques Lacan (1901 – 1981) em que ele diz que a diferença entre ele, um homem, e as mulheres é que elas não sabem o que dizem. Essa frase de Lacan deslegitima, descredibiliza e invalida as opiniões, sentimentos e posicionamentos das mulheres.

A autora discute, então, que, assim como as pessoas com algum diagnóstico de saúde mental tinham seus discursos deslegitimados, as mulheres também o têm, sendo reduzidas às mulheres histéricas de Sigmund Freud (1856 – 1939). Nesse sentido, as mulheres que se posicionam e não se silenciam são loucas e, portanto, não devem ser escutadas, pois, mais uma vez, não sabem o que dizem. Ora, as ditas “loucas” não devem ser escutadas e as “outras” não podem se expressar. Com isso, evidencia-se que as mulheres não devem se expressar de forma alguma e que o direito à voz, à tomada de decisões e ao protagonismo se restringe aos homens, a quem fica destinado espaços de poder e o livre trânsito entre os espaços sociais que desejarem.

A partir dessa discussão de Mannoni (1999), retomamos os filmes da Disney que ora apresenta as mulheres como princesas, ora como vilãs, como é o caso de Úrsula, no filme *A Pequena Sereia*. De forma ilustrativa, entendemos, então, que as princesas

⁴ Subjetividade social se refere a como os fenômenos dos grupos e das instituições são atravessados por produções individuais das pessoas que constituem um espaço social, assim como das produções de outros contextos sociais (Goulart & González Rey, 2023).

representadas por muitas décadas seriam as mulheres que não podem se expressar e devem obedecer ao que lhes é designado, pois “elas não sabem o que dizem”. E as vilãs, por sua vez, são mulheres loucas e, geralmente, frustradas que também “não sabem o que dizem” e devem ser isoladas da sociedade e afastadas das princesas.

Essa é a configuração social que vivemos há séculos em nossa sociedade. Ao refletir sobre as imagens referenciais de mulheres e as representações presentes em nossa sociedade, percebe-se que o estereótipo desse gênero oscila entre duas polaridades: ora a mulher é uma pessoa amorosa, afável, que sonha com o amor romântico e uma família; ora é uma pessoa amarga, vilã e louca que não segue o primeiro “molde” de ser mulher. Mas, afinal, o que é ser mulher? Entendemos que essa pergunta não pode chegar a uma resposta consensual, pois o ser mulher é subjetivo. Por isso, questionamos: como refletir o ser mulher na sociedade atual?

A TEORIA DA SUBJETIVIDADE E O SER MULHER

Entre as diversas teorias existentes na Psicologia, entendemos que a Teoria da Subjetividade, proposta por Fernando González Rey (1949 – 2019), possibilita discutirmos o que é ser mulher com a complexidade e singularidade que o tema exige, uma vez que a articulação entre individual e social é característica central da teoria. É essencial pontuar que a Teoria da Subjetividade é acompanhada da Epistemologia Qualitativa e da Metodologia Construtivo-Interpretativa, e as três, em conjunto, formam um tripé na investigação dos processos subjetivos humanos.

Entendemos que discutir ser mulher a partir da Teoria da Subjetividade representa avançar em uma nova discussão nessa teoria, pois esse tema ainda não se configura como um destaque em suas pesquisas. É evidente que isso também pode representar uma expressão da configuração social em que vivemos, na qual as discussões articulando mulheres e sociedade ainda são marginalizadas. Esperamos que, a partir do aporte teórico da Teoria da Subjetividade, possamos fomentar essas investigações.

Ao longo do que foi discutido até aqui, em diversos momentos pontuamos a cultura, a sociedade e a construção social do que é ser e tornar-se mulher. Isso se deve

ao fato de que a subjetividade e a cultura possuem uma relação intrínseca, sendo que a primeira tem sua gênese na segunda (González Rey & Mitjans Martínez, 2017). Essa afirmação evidencia a distinção entre esses dois conceitos e que não devem ser utilizados, na Teoria da Subjetividade, como sinônimos, pois a cultura

É uma produção subjetiva que expressa as condições de vida do homem em cada momento histórico e em cada sociedade concreta, mas que constitui uma produção diferenciada que indica precisamente o curso dos processos de subjetivação que orientaram a ação humana em cada época e ambiente em que essa ação foi realizada (González Rey, 2012, p. 125).

Assim, a cultura é produzida pelos seres humanos e é uma expressão simbólica dos processos em curso em um contexto histórico e social. A subjetividade, por sua vez, é um sistema simbólico-emocional constituído por produções subjetivas que emergem a partir das situações vividas por uma pessoa ao longo de sua vida (González Rey & Mitjans Martínez, 2017).

Essas definições expressam a principal diferença entre cultura e subjetividade segundo a Teoria da Subjetividade: a primeira, é uma expressão simbólica dos processos, enquanto a segunda é um sistema simbólico-emocional das produções subjetivas de uma pessoa. A partir dessas definições e retomando a característica de uma relação intrínseca entre esses conceitos, é possível afirmar que essa interrelação afasta a concepção de que a subjetividade é uma instância intrapsíquica e/ou estática ao longo dos anos. Pelo contrário, ela, que emerge nessa cultura, também é condição de desenvolvimento desta, sinalizando seu caráter processual (González Rey & Mitjans Martínez, 2017).

Conforme apresentado na primeira parte, a transformação nos desenhos animados da Disney fala sobre a constante mudança de uma cultura, ainda que gradual, capaz de mobilizar processos subjetivos nas pessoas que assistem aos filmes. A partir dessa mobilização, emergem processos simbólicos e emocionais que se configuram no sistema que chamamos de subjetividade (González Rey & Mitjans Martínez, 2017).

Assim, a subjetividade se organiza a partir das situações vividas, e está estreitamente relacionada à cultura, conforme definem González Rey e Mitjans Martínez

(2017, p. 62): “sistema configuracional que se organiza por configurações subjetivas diversas em diferentes momentos e contextos da experiência humana”. A compreensão de que esse sistema não é estático e se relaciona com as vivências humanas, expressando os processos individuais e sociais, promove, por sua vez, o entendimento das mudanças que vivemos acerca do que é ser mulher em nossa sociedade ao longo dos anos.

Para frisar a relevância da Teoria da Subjetividade neste estudo, é importante destacar a recursividade existente entre individual e social quando discutimos subjetividade, uma vez que esses dois níveis são estreitamente relacionados entre si. Isso evidencia que a subjetividade é uma produção subjetiva de quem participa dos acontecimentos, historicamente situada, e não um processo dado e acabado (González Rey, 2011; González Rey & Mitjáns Martínez, 2017). Com isso, as vivências das mulheres em uma sociedade são subjetivadas nessa interrelação entre individual e social, inseridas em um contexto histórico e cultural específico, que se modifica constantemente a partir de novas produções subjetivas.

A partir dos pontos discutidos sobre a subjetividade individual, buscamos romper com a ideia de indivíduo isolado na sociedade (González Rey, 2012) e em seus próprios processos, avançando na compreensão de que a forma como cada pessoa subjetiva as suas experiências e relações possui ligação com o social. Esse é o caso da construção do que é ser mulher em nossa sociedade e como nos posicionamos em nossa vida, que não está isolada em cada uma de nós ou é uma criação individual, pois é a partir dessa estreita relação entre individual e social que a subjetividade vai se configurando.

Para avançar nessa discussão, González Rey (2012) e González Rey e Mitjáns Martínez (2017) desenvolveram o conceito de subjetividade social que contribui na compreensão dos processos subjetivos para além de um individualismo. Segundo González Rey (2015, p. 13):

A subjetividade social representa a complexa rede de configurações subjetivas sociais dentro das quais todo funcionamento social tem lugar. Esses processos acontecem sem que os participantes que compartilham esses espaços sociais tomem consciência deles. A subjetividade social emerge como parte das subjetividades individuais de tal maneira camuflada que é impossível inferi-la

diretamente dos comportamentos observados ou da linguagem explícita.

A partir desse trecho, compreende-se que a subjetividade social não representa uma instância acima da subjetividade individual, mas que ela emerge a partir destas se organizando nessa rede de configurações mais maleável da constituição do social (González Rey, 2012). É justamente essa característica que permite tantas mudanças na sociedade, dentre elas as que dizem respeito às mulheres, uma vez que temos uma configuração subjetiva dominante, mas não estática ou permanente.

Pelo contrário, ela se constrói a partir de configurações subjetivas sociais e individuais que não estão dadas nem se limitam às experiências imediatas da pessoa ou do espaço, “mas, sim, pelas configurações subjetivas sociais e individuais que a integram e pela maneira pela qual seus discursos, valores e outras produções sociais emergem nessas configurações” (González Rey & Mitjans Martínez, 2017, p. 84).

Considerando a reflexão proposta neste artigo e as considerações iniciais sobre a Teoria da Subjetividade, questionamos: como as configurações subjetivas dominantes, quais recursos e quais processos podem ser provocados para que, enquanto mulheres, nos apropriemos dos nossos espaços, questionando e rompendo com a lógica atual de dominância dos homens?

Uma das grandes intenções é que nós, mulheres, possamos nos tornar sujeitos, segundo a definição de González Rey (2008) e González Rey e Mitjans Martínez (2017): uma pessoa que se posiciona diante das situações que vivencia e, com isso, abre caminhos e possibilidades para si. Dentro do avanço da sociedade, percebe-se que as mulheres se posicionam cada vez mais, reivindicando seus direitos e espaços. Porém, por outro lado, pode-se discutir que ainda se limitam, por diversas razões, a agentes, ou seja, situam-se nos acontecimentos, participam deles e se retiram, apresentando-se apenas em momentos específicos.

Os conceitos acima apresentados, agente e sujeito, são fundamentais para construirmos caminhos próprios e novas possibilidades dentro do que vivemos. No caso das mulheres, ser agente representaria, por exemplo, aproveitar espaços destinados a isso – jantar com as amigas, conteúdos nas redes sociais, leituras – para

refletir sobre como tem se posicionado como mulher no mundo; implica questionar comportamentos e falas que tentam silenciar e/ou diminuir as mulheres no cotidiano. Todavia, quando a situação se encerra, a mobilização também se extingue. Pensamos que nos tornamos sujeitos, quando, enquanto mulheres, refletimos sobre aquilo que vivemos, buscamos alternativas para as situações presentes e promovemos mudanças em nossa vida que transcendem o momento atual.

Por exemplo, uma mulher é diminuída em uma reunião profissional ao expor sua opinião sobre o caso discutido e escuta que ela não entendeu o que foi dito sobre o assunto. Ela pode questionar a pessoa que faz o comentário, argumentar sobre o seu conhecimento e posição dentro da empresa. Nesse caso, ela se apresenta como agente. Encerrada a reunião, ela se retira e vai para casa, pensando sobre o que lhe aconteceu, o que lhe foi dito e em formas de se posicionar para que situações como essa não se repitam. Isso, no entanto, não é sinônimo de que ela precise se tornar a especialista no assunto para cessar os questionamentos, pensamento que, ainda, invade muitas de nós.

Essa é uma forma comum que nós, mulheres, vemos como solução: acreditar que se soubermos cada vez mais, seremos mais respeitadas (Manus, 2019). A questão, contudo, não está na quantidade de conhecimento que temos – ou grande parcela da população feminina brasileira não teria direito/acesso ao respeito – mas está no nosso posicionamento nas conversas sobre qualquer assunto, sobre como expomos nossas ideias e como respondemos quando nos sentimos diminuídas. Além disso, outra forma de alterar a conjuntura atual é pensando em um futuro, forjado agora com conversas com meninas mais novas sobre nossa posição e espaço na sociedade.

Entendemos que esse tornar-se sujeito na Teoria da Subjetividade aparece como possibilidade para nos posicionarmos em nossas relações, pois a partir dessa postura mais ativa e assertiva, criamos lugares e construímos caminhos para que ocupemos espaços que se configuraram como não pertencentes às mulheres. Nesse momento, é importante ressaltarmos que temos plena consciência de que isso nem sempre é possível nem que essa mudança é imediata. Sabemos – e vivemos – o desafio de ser mulher na sociedade atual e conquistar nosso espaço.

No entanto, se silenciarmos ou não discutimos a necessidade de posicionamento feminino, deixamos margem para que as configurações subjetivas dominantes continuem configuradas a partir do patriarcado e orientada aos homens, preenchendo os espaços que as mulheres tentam ocupar. Essa ausência feminina pode contribuir com a perpetuação da estigmatização e discriminação existentes há tantos séculos na nossa sociedade, pois não mobiliza novos processos e recursos nas relações sociais e, conseqüentemente, na forma como se compreende a mulher na sociedade atual.

O TORNAR-SE SUJEITO DAS MULHERES E AS RELAÇÕES AMOROSAS

Conforme pontuado, entendemos que a luta feminina ainda possui um caminho a ser percorrido e diversas discussões surgem no que se refere a ser mulher atualmente. No entanto, levantamos outro ponto no que diz respeito às mulheres como sujeitos e/ou agentes: a forma como estabelecemos as relações amorosas na configuração subjetiva atual.

A conquista das mulheres nos âmbitos profissionais é notável. Cada vez mais mulheres se dedicam à sua profissão, quando assim o escolhem, e mobilizam seus próprios recursos subjetivos no ambiente laboral a partir de suas vivências, conseguindo se apresentar ora como agentes ora como sujeitos em suas relações profissionais e de amizade, por exemplo.

Contudo, na nossa prática profissional em psicologia clínica e em nossas vivências sociais, tem se destacado que, quando se trata de relações amorosas, muitas mulheres ainda apresentam dificuldade em abrir seus próprios caminhos e possibilidades, chegando, muitas vezes, ao silenciamento e aceitação de situações e relações que lhe geram mal-estar e sofrimento. Para discutir essas situações, nos baseamos em Heberlein (2021) e refletimos sobre o caso de Hannah Arendt em sua relação com o filósofo Martin Heidegger. Arendt foi uma das maiores pensadoras do século XX, mas em sua relação amorosa aceitava as condições impostas pelo homem, ainda que lhe trouxesse sofrimento.

Segundo Heberlein (2021), Arendt conheceu Heidegger quando tinha 18 anos de idade e ele, 36 anos:

Hannah é lançada numa *montanha-russa emocional* que perdura por anos. Martin a faz sentir ora intensa felicidade ora tristeza igualmente profunda. “Eu teria perdido meu direito à vida se perdesse meu amor por ti”, ela lhe escreve em 1928, *como se sua vida dependesse da dele* (Heberlein, 2021, p. 33, grifos das autoras).

Nesse trecho, começamos a compreender como a relação amorosa dos dois se desenrola e é permeada por uma relação de poder desequilibrada entre homem e mulher. Ele, muito mais velho, casado, professor da universidade em que Hannah era estudante: era ele quem ditava quando, como e onde os encontros aconteceriam. Contextualizando historicamente, é importante considerarmos que falamos da década de 1920.

No entanto, ainda em 2024, vemos relações configuradas a partir das decisões e desejos dos homens, como se a mulher não tivesse desejos, opiniões ou vida própria. Ou seja, a subjetividade social ainda se configura de tal forma que a mulher precisa embarcar nessa “montanha-russa emocional” e viver como se sua vida fosse secundária em relação ao homem, que é o responsável por ditar o ritmo do relacionamento.

Um dos nossos objetivos ao discutirmos o tornar-se sujeito diz respeito a esse ponto: desejamos provocar que as mulheres possam também ditar as relações e o quanto se envolvem e permanecem nelas. Lembramos que a subjetividade social não é estática; ela é historicamente situada e orientada à criação de uma realidade humana, a cultura (González Rey & Mitjans Martínez, 2017), o que nos permite atualizar o contexto social em que vivemos.

A relação de Hannah Arendt e Martin Heidegger é registrada pelas cartas que eles trocavam e que ela, apenas ela, guardou. Dada a história de Hannah e suas diversas fugas de guerra e perseguição, por ser judia, é simbólico que ela tenha conseguido guardar essas cartas até o final de sua vida. Por meio desses escritos, Heberlein (2021) apresenta alguns trechos das cartas escritas por Martin e, em um deles, quando ele, de forma indireta, fala da importância de Arendt em sua vida, Heberlein (2021, p. 37) diz: “embora seja frequente a ênfase à influência de Martin Heidegger sobre o pensamento de Hannah Arendt, mais rara é a menção da influência que ela indubitavelmente exerceu sobre ele e sua obra”.

Além disso, ao final de suas vidas, Arendt e Heidegger se reencontram e retomam seu relacionamento amoroso, em um novo momento de vida. Nessa época, Heidegger estava isolado de diversos grupos sociais por ter sido membro do grupo nazista durante a Segunda Guerra Mundial, grupo este que perseguia pessoas judias, dentre elas Hannah. Não só Arendt se reaproximou de Heidegger como, durante todos esses anos, defendia-o das acusações de ser nazista e escreveu um tributo a ele, que estava mais orientado à versão contada por Heidegger do que pelos fatos históricos da época (Heberlein, 2021).

Percebemos, assim, como a configuração social atravessa a forma como as mulheres se relacionam amorosamente e quantas permanecem à sombra dos homens e parceiros, inclusive defendendo-os, como Hannah fez com Martin. Com isso, é possível afirmar que muitas mulheres, no âmbito privado de sua relação, podem ser reconhecidas e, eventualmente, valorizadas; mas, no âmbito público, parecem permanecer em plano secundário, como se o destaque tivesse que ser maior para o homem e suas próprias conquistas na vida – pessoal e profissional. De acordo com a Teoria da Subjetividade, entendemos que essa configuração subjetiva se organiza de tal forma em nossa sociedade que se torna dominante nas relações amorosas.

Algumas pessoas podem argumentar que a época de Hannah Arendt era outra e, portanto, não havia como ela se posicionar com as possibilidades que se vislumbram atualmente. De fato, Hannah nasceu em 1906 e faleceu em 1975. Os tempos eram outros; a subjetividade social tomava forma naquele contexto histórico e entendemos que contrapor a configuração subjetiva dominante exige muita força das pessoas. Ao discutir a forma como Arendt se apaixona e vive o romance com Heidegger, Heberlein (2021, pp. 33/34) afirma:

Talvez essa noção ficcional do amor romântico esteja mais ligada a uma ideia de feminilidade como força que mantém sob controle a masculinidade destrutiva e que representa a bondade abnegada. (...) A mulher atenciosa e abnegada é um arquétipo cultural, um papel disponível para toda mulher desempenhar e todo homem explorar.

Com isso, percebemos que essas configurações subjetivas permanecem presentes por muito tempo na forma de se relacionar das pessoas. Muitas mulheres, assim como Hannah Arendt, emergem como sujeito em seu trabalho e amizades, mas, quando se trata de relações amorosas, ainda encontram dificuldade em mobilizar processos para posicionar-se de forma a questionar as relações existentes entre as pessoas, assim como a forma como a sociedade se estrutura e se organiza sobre os papéis e lugares que cabem a cada um desses grupos.

A configuração subjetiva de ser uma mulher atenciosa que cuida do homem ainda é dominante em nossa sociedade. Romper com essa representação é uma tarefa densa, marcada por avanços e retrocessos na vida de cada mulher e que exige a mobilização de novos processos subjetivos para que cada pessoa de fato viva a mudança. A partir disso, citamos Zanello (2018, p. 57) que, em uma importante nota de rodapé, diz:

Por isso, nem sempre o empoderamento externo (como, por exemplo, a aquisição de direitos civis como o voto) leva necessariamente ao empoderamento interno, o qual deveria ocorrer pela desconstrução/descolonização afetiva (...).
Em síntese: empoderar-se fora não necessariamente desconstrói dentro.

Gostaríamos de enfatizar o uso da palavra *necessariamente*, pois ela exprime o tom da discussão: as conquistas sociais e externas não são sinônimo de que a subjetividade individual das mulheres irá, rapidamente, adquirir novas configurações. O tempo da subjetivação de novas formas de estar na sociedade e nas relações não é síncrono com as conquistas legais e mudanças sociais, pois envolve um processo emocional na mobilização das mudanças.

Esperamos que a/o leitora/leitor não entenda, com isso, que defendemos que os direitos das mulheres não são importantes. Pelo contrário, eles expressam novas configurações subjetivas sociais completamente necessárias para o desenvolvimento subjetivo das pessoas e da sociedade como um todo; abster-se dessas conquistas é conformar-se com a configuração subjetiva dominante que temos hoje, fechando espaço para mudanças e novas produções subjetivas. A questão é: as conquistas civis por si só não garantem, como Zanello (2018) diz, *necessariamente*, uma nova

configuração subjetiva que mobilize a pessoa e a possibilidade de mudança.

Percebemos isso com a história de Hannah Arendt. Uma das maiores pensadoras do século XX, protagonista feminina na história recente e uma mulher que abriu caminhos para que diversas outras pudessem explorar o mundo. Contudo, a mobilização de processos subjetivos no sentido de se relacionar amorosamente de forma equilibrada e sem desigualdade não aconteceu da mesma forma como ocorreu em suas outras relações, tal qual a profissional.

De acordo com Heberlein (2021), Hannah amou Heidegger até o dia de sua morte e a relação amorosa deles foi marcada por idas e vindas. É importante pontuar que a história de amor de Arendt em nada interfere na sua importância para o mundo, na qualidade de sua produção acadêmica, de suas reflexões e/ou na marca única que ela deixa no mundo. Discutimos o caso de uma das maiores pensadoras do século XX com o intuito de lançar luz a uma discussão cada vez mais necessária – a forma como nós, mulheres, posicionamo-nos em nossas relações amorosas.

Por isso, destacamos: os relacionamentos amorosos não nos definem. Eles podem ser parte importante de nossas vidas se assim fizer sentido, mas nossa história é construída a partir dos caminhos que trilhamos, das escolhas que fazemos e dos processos mobilizadores de reflexões e mudanças, conforme emergimos como agentes ou sujeitos, segundo González Rey e Mitjáns Martínez (2017, p. 72) afirmam:

O indivíduo ou grupo, uma vez que emergem como agentes ou sujeitos de uma experiência ou trajetória de vida, representam momentos ativos ante o estabelecido, assumindo decisões e caminhos que se tornam sociais pelo fato de existirem dentro de redes sociais, onde os atos individuais, de forma constante, se tornam sociais por processos que estão além da consequência ou da previsão imediata do ato individual.

Esse processo não se esgota. Ele acontece ao longo de toda nossa vida, abrindo novas vias de subjetivação na construção das relações e da sociedade, na busca de que cada vez mais mulheres possam vivenciar sua liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teórico teve o objetivo de discutir a relação entre a subjetividade social e a construção das mulheres e seus posicionamentos na sociedade atual. Entendemos que, por um lado, o assunto tem ganhado espaço de discussão na sociedade. Por outro, parece-nos que as reflexões alcançam uma parcela da população que, ainda assim, parece não ser mobilizada pelos tópicos discutidos, nem compreender como a subjetividade social se configura em seu dia a dia.

Compreendemos, a partir da Teoria da Subjetividade, que isso se dá pelas configurações subjetivas de uma sociedade e que a emergência de novas configurações demanda tempo, reflexão, posicionamento e lutas. Já em 1998, Mannoni (1999, p. 102) defende:

O período defensivo do feminismo acabou. Cabe às mulheres de hoje – e já é o caso nos países nórdicos – participar da cidadania e assumir um lugar, com os homens, na vida política do país, fazendo entrar nela uma sensibilidade ‘diferente’. Não se governa unicamente com o saber das universidades. Também é necessária uma experiência de ‘campo’, em contato com o ‘vivido’ cotidiano. Convém levar em conta essa cotidianidade, da qual saiu a história da mulher.

A partir dessa frase de Mannoni (1999), retornamos e refletimos a realidade do Brasil, que é muito diferente dos países nórdicos. Pensamos que, em algumas situações, esse caráter defensivo do feminismo ainda será necessário tendo em vista a segurança das mulheres, uma vez que a realidade feminina em muitos países ainda é de ameaça e violência.

No Brasil, apenas em 2022, 1.437 mulheres morreram vítimas de feminicídio, mais de 2.563 mulheres sofreram tentativas de feminicídio. Além disso, no que se refere à violência doméstica, 245.713 casos foram registrados (FBSP, 2023b). Já em 2023, foram 1.467 mulheres vítimas de feminicídio, outras 2.797 tentativas de feminicídio e 258.941 registros de violência doméstica (FBSP, 2024). Os dados são alarmantes, principalmente pelo fato de que eles indicam aumento no número absoluto de casos.

Contudo, a discussão da autora é interessante no que diz respeito ao **convite** que ela realiza às mulheres: participar da cidadania, apropriar-se do seu valor, da sua caminhada e do seu conhecimento e, indo além, trazê-las para as discussões e vidas individuais. A ideia, com isso, é questionar e romper a configuração social dominante de que, enquanto mulheres, temos espaços, mas não temos voz para reivindicar o que desejamos. E isso se estende aos diferentes relacionamentos que vivemos: profissionais, pessoais e amorosos.

Ao citar o legado de Virginia Woolf, Mannoni (1999, p. 18) escreve: “é para suas vidas privadas que Virginia exorta então as mulheres a transporem a sua revolta e o seu combate, a fim de que nasça, um dia, um mundo melhor”. Por sua vez, Heberlein (2021, p. 214), ao citar o que aprendemos com Hannah Arendt, afirma: “o que podemos aprender com ela? Que devemos amar o mundo a ponto de acreditar que a mudança é possível, e que nunca devemos desistir”.

O convite, a partir dessas referências, é que nós, mulheres, possamos emergir como agentes e nos tornar sujeitos, ocupar os nossos espaços (que são nossos, apesar de escutarmos o contrário) e nos apropriarmos de que as representações acerca do que somos e do que devemos fazer são apenas isso: representações construídas ao longo do tempo. E, tal como a história, podem ser mudadas a partir de novos posicionamentos e caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N. F. T.; SOUZA, L. E. C. de; MAIA, L. M.; SILVA, R. N. da; GOMES, Ágatha A. A. de M. A mulher no Facebook: uma análise a partir do Sexismo Ambivalente. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3396>. Acesso em: 27 dez. 2024. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

ALLADIN. Direção de Ron Clements & John Musker. Estados Unidos. Burbank: Walt Disney Feature Animation, 1992. 90 min. Fita de vídeo.

A PEQUENA SEREIA. Direção de Ron Clements & John Musker. Estados Unidos. Burbank: Walt Disney Feature Animation, 1989. 83 min. Fita de vídeo.

A BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES. Direção de David Hand. Estados Unidos. Burbank: Walt Disney Feature Animation, 1937. 83 min. Fita de vídeo.

DANTAS, G.; ANTLOGA, C. Mujeres, trabajo docente y feminización. **GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 10, n. 248-255, p. 136-150, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/309>. Acesso em: 08 de outubro de 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>. Acesso em: 18 out. 2024.

GONZÁLEZ REY, F. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

GONZÁLEZ REY, F. A new path for the discussion of Social Representations: Advancing the topic of subjectivity from a cultural historical standpoint. **Theory & Psychology**, v. 25, n. 4, p. 1-19, 2015. DOI: 10.1177/0959354315587783.

GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

GONZÁLEZ REY, F. Subjetividad y psicología crítica: implicaciones epistemológicas y metodológicas. In: JIMÉNEZ-DOMINGUÉZ, B. (Org.). **Subjetividad, participación y intervención comunitaria: una visión crítica desde América Latina**. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2008. p. 31-54.

GONZÁLEZ REY, F. L. & MITJÁNS MARTÍNEZ, A. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas, SP: Alínea, 2017.

GOULART, D. & GONZÁLEZ REY, F. **Subjetividade, sujeito e vida**: diálogos com Fernando González Rey. Campinas, SP: Alínea, 2023.

HEBERLEIN, A. **Arendt: entre o amor e o mal** - uma biografia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://agencia-denoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=No%20pa%C3%ADs%2C%20a%20taxa%20de,grupo%20et%C3%A1rio%20realizando%20aquelas%20atividades>. Acesso em: 19 out. 2024.

MANNONI, M. **Elas não sabem o que dizem**: Virginia Woolf, as mulheres e a psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MANUS, R. **Mulheres não são chatas, mulheres estão exaustas**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

MOANA. Direção de John Musker & Ron Clements. Estados Unidos. Burbank: Walt Disney Feature Animation, 2016. 107 min. Fita de vídeo.

MULAN. Direção de Tony Bancroft & Barry Cook. Estados Unidos. Burbank: Walt Disney Feature Animation, 1998. 88 min. Fita de vídeo.

POCAHONTAS. Direção de Gabriel, M. & Goldberg, E. Estados Unidos. Burbank: Walt Disney Feature Animation, 1995. 81 min. Fita de vídeo.

SANTOS, N. M.; ANTLOGA, C.; CARVALHO, A. L. M.; ANDRADE, M. B. & GUIMARÃES, L. M. S. Brazilian entrepreneur: integrative review of publications about the profile of the female Brazilian entrepreneur. **Revista Negócios em Projeção**, v. 12, n. 1, p. 127-143, 2021. Disponível em: https://www.antloga.com.br/_files/ugd/b397a7_60930ea09bcc4167a1e4d0445fc7f333.pdf. Acesso em: 08 out. 2024.

SANTOS, N. M.; COTTONE, P. F.; ANTLOGA, C.; HOCHDORN, A.; CARVALHO, A. M. & BARBOSA, M. A. Female entrepreneurship in Brazil: how scientific literature shapes the sociocultural construction of gender inequalities. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 9, n. 360, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41599-022-01359-2>. Acesso em: 08 out. 2024.

SOUZA, V. L. T. A pesquisa-intervenção como forma de inserção social em contextos de desigualdade: arte e imaginação na escola. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 2, p. 689-706, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n2/v25n2a20.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

SOUZA, V. L. T.; DUGNAN, L. A. C.; REIS, E. C. G. Psicologia da Arte: fundamentos e práticas para uma ação transformadora. **Estudos Psicológicos**, v. 35, n. 4, p. 375-388, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v35n4/1982-0275-estpsi-35-04-0375.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

VALENTE. Direção de Brenda Chapman & Mark Andrews. Estados Unidos. Burbank: Walt Disney Feature Animation, 2012. 95 min. Fita de vídeo.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. São Paulo: Lafonte, 2020.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.